



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Luiz Carlos Lopes

O PAPEL DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL JUNTO AO  
DESENVOLVIMENTO DOS PROCESSOS DE  
ENSINO-APRENDIZAGEM.

BELO HORIZONTE - MG  
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Luiz Carlos Lopes

O PAPEL DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL JUNTO AO  
DESENVOLVIMENTO DOS PROCESSOS DE  
ENSINO-APRENDIZAGEM.

Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão Escolar**.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Mestranda e Especialista  
Márcia Helena Mesquita Ferreira

BELO HORIZONTE - MG  
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Luiz Carlos Lopes

O PAPEL DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL JUNTO AO  
DESENVOLVIMENTO DOS PROCESSOS DE  
ENSINO- APRENDIZAGEM.

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado por banca  
examinadora em XX de Janeiro de 2011, conferindo ao autor o título de  
**Especialista em Gestão Escolar.**

Banca Examinadora:

Prof<sup>a</sup>. Mestranda e Especialista Márcia Helena Mesquita  
Ferreira (Orientadora) - UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Júnior - UFMG

BELO HORIZONTE - MG  
2011

Dedico este trabalho a Deus, aos meus familiares, ao José Eduardo (in memoriam) e Aliene Eleonora pelo apoio através da Secretaria Municipal da Educação, e a professora Márcia Helena Mesquita Ferreira, que a todo o momento esteve presente incentivando e orientando. A todos, meu muito obrigado!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por me conceder persistência e força para enfrentar os obstáculos que surgiram durante esta caminhada.

Aos professores José Eduardo de Oliveira Prado e Aliene Eleonora de Carvalho por terem me oportunizado este curso, aos colegas professores por terem compartilhado suas experiências profissionais e de vida para o enriquecimento das atividades desenvolvidas durante o curso.

A todos os professores da UFMG, por terem proporcionados recursos e orientado minhas atividades.

A professora Márcia Helena Mesquita Ferreira que com sua incansável dedicação me amparou e me orientou nos momentos difíceis.

A todos que, direta ou indiretamente, me deram sua contribuição.

“A avaliação é ponto de partida e ponto de chegada de todo e  
qualquer trabalho pedagógico.”  
(S. AZZI)

## RESUMO

A avaliação está presente quando se busca conhecimento, quando se estabelece relações com a qualidade de algum produto, concepções ou outros indivíduos. A avaliação está presente em todos os aspectos e implícita ou explicitamente, demonstrando que é preciso gerir sua ação. Este trabalho propõe o enfoque à avaliação de maneira ampla, no desenvolvimento da criança no contexto escolar, especificamente na sala de aula e nas influências desta sobre a aprendizagem e nas ações educativas propostas para a aprendizagem significativa a partir dos resultados da avaliação. Ressalta-se ainda a análise do Projeto Pedagógico da Escola Municipal Iracema Esteves situada na cidade de Alfenas - MG com vistas a identificar como a escola trabalha com a avaliação como fator de ensino enfocando seus desdobramentos no trabalho pedagógico. Diante disso, a pesquisa se caracteriza como documental e qualitativa por ser norteadas por meio de análises no Projeto Político-Pedagógico da Escola Iracema Esteves e avaliado em seus aspectos avaliativos no que se refere à avaliação como fundamento aos processos de ensino-aprendizagem. Foi possível constatar que os diversos tipos de avaliação podem ser trabalhados de forma que faça os alunos aprenderem, mas também que os mesmos tipos podem levar os alunos ao fracasso escolar. Neste sentido conclui-se que o gestor escolar é o grande responsável pelo sucesso da instituição que administra, pois, não se pode atribuir somente aos alunos e professores o fracasso escolar, mas, sobretudo, aquele que recebe a função de gerir a escola, pois, é o gestor que articula todo o processo educativo e isto não pode ser esquecido. Pode-se dizer que o modelo Democrático e Participativo é o que mais se procura implantar nas escolas, no entanto, o modelo Tradicional ainda impera nas mentes dos educadores que não aceitam novas propostas. As conclusões básicas a que se chegou, podem ser classificadas da seguinte forma: É possível a avaliação ser um instrumento de aprendizagem, desde que seja compreendida em sua amplitude, e que a progressão continuada ainda não constitui algo claro para os profissionais da educação que continuam vivenciando a cultura da reprovação que exclui e que é usada como punição. Outro aspecto analisado foi à ausência de programas de capacitação para os professores, que geralmente nem são informados das mudanças avaliativas pelos gestores que recebem o treinamento. Quanto ao Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Iracema Esteves no que se refere a avaliação, foi possível concluir que a escola se baseia no modelo formativo democrático participativo, porém, ainda se sustenta em alguns aspectos no modelo tradicional. De acordo com as análises gerais compreendeu-se que o gestor não pode se ater ao seu contexto escolar, aplicando a gestão do pedagógico da forma que achar melhor, eximindo-se de sua responsabilidade e a repassando aos “especialistas”. É preciso muito mais que isso, é preciso ampliar a visão diretiva a cerca dos processos avaliativos para então caracterizar o termo “gestão do pedagógico”.

**Palavras-Chave:** avaliação, aprendizagem, Projeto Político-Pedagógico.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Fachada da Escola Municipal Iracema Esteves .....	18
--	----



# LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil da Escola Municipal Iracema Esteves .....	19
---	----

# SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO .....	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	12
3. O PAPEL DA AVALIAÇÃO JUNTO AO DESENVOLVIMENTO CURRICULAR NA ESCOLA MUNICIPAL IRACEMA ESTEVES E SEUS REFLEXOS NOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM .....	18
4. CONSIDERAÇÕES DA ANÁLISE .....	21
REFERÊNCIAS .....	23
BIBLIOGRAFIA .....	24
ANEXO .....	26

# 1. APRESENTAÇÃO

As novas formas de organização escolar têm trazido dúvidas e inquietações àqueles que participam do processo educativo - profissionais da escola, alunos e pais. A reorganização do ensino pressupõe uma nova cultura escolar, a qual, a semelhança da que aí está, deve ser construída na prática. Essa construção, que acontece em meio às mais diversas ações e reações dos sujeitos envolvidos no processo educativo, requer uma reflexão que propicie mais do que a compreensão das novas formas de organização da escola. Torna-se necessária, pois, a apropriação dos pressupostos que as sustentam, possibilitando assim uma nova prática pedagógica.

Dentre as muitas inquietações destaca-se a que diz respeito à avaliação do desempenho escolar. Essa questão tem demandado uma ruptura com o modelo que, durante muitos anos, se não décadas, direcionou o sistema de avaliação nas escolas. A avaliação que reprova, pune e exclui ainda faz parte da realidade pedagógica, o que, por sua vez, afeta milhares de crianças com *déficits* de aprendizagem, por não serem avaliadas em suas competências e habilidades, mas sim, avaliadas de acordo com os preceitos da escola ou do professor.

Para desenvolverem-se plenamente, em todas as áreas do desenvolvimento humano, as crianças necessitam conviver em um ambiente de relações afetivas estáveis com os pais, professores e as demais pessoas que a cercam. Portanto, a avaliação ocupa lugar de destaque nesse contexto, pois, ela é a grande responsável pelo resultado do aluno – tornando-o um vitorioso ou um fracassado, aumentando ou diminuindo sua autoestima.

No entanto, a gestão do processo avaliativo é uma das questões que tem sido debatida nos ambientes educativos de forma efervescente, pois, os paradigmas até então impostos atribuíam à avaliação um caráter totalmente voltado para a seletividade e exclusão, não observando os níveis de desenvolvimento do aluno por meio das etapas evolutivas contidas em vários estudos realizados acerca da aprendizagem, a partir de suas habilidades que se juntam em competências.

Conhecer e analisar os modelos de avaliação existentes no contexto educacional vigente sob uma perspectiva de inclusão e, por conseguinte, suas influências no desenvolvimento do ensino-aprendizagem, constitui-se como sendo o principal objetivo do trabalho pedagógico, portanto, deve ser uma prioridade a ser adotada na gerência desse desenvolvimento.

Diante disso, objetiva-se com esse estudo verificar, analisar e refletir criticamente sobre os instrumentos de avaliação adotados pela Escola Municipal Iracema Esteves, localizada no município de Alfenas – MG, e os seus desdobramentos junto ao trabalho pedagógico efetivamente desenvolvido pela referida instituição. Neste contexto, o problema de pesquisa se caracteriza pela seguinte indagação: “Como a Escola Municipal Iracema Esteves adota a prática avaliativa como formas de qualificação do ensino-aprendizagem?”

A hipótese levantada nesse trabalho é a de que o conhecimento dos processos avaliativos, como também os subsídios metodológicos adotados pelo gestor escolar, agilizam as práticas corretas de avaliação segundo as novas perspectivas educativas que buscam, por sua vez, a construção do conhecimento do aluno e não a punição como resultado das avaliações.

A utilização correta dos modelos de avaliação aplicados por meio de relações humanas como afeto, carinho e troca de conhecimentos podem motivar os alunos a aprender, tornando as práticas avaliativas, por sua vez, algo que cause satisfação, alegria e principalmente sucesso.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi feita uma abordagem sobre os aspectos gerais da avaliação, destacando-se alguns conceitos/teorias que compreendem, por sua vez: paradigmas, formação humana, progressão continuada e cultura da reprovação contidos no Projeto Político-Pedagógico - PPP. O presente estudo justifica-se pela relevância de sua proposta: identificar formas avaliativas que “funcionem” como formas de validação dos processos de ensino-aprendizagem em uma perspectiva de aprendizagem significativa para os alunos.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Refletir sobre a “Avaliação” é um grande desafio, pois, trata-se de um tema muito amplo e controverso que se apresenta em diferentes dimensões, como por exemplo, através da “avaliação de sistema” e a “avaliação da escola e da sala de aula”.

Sabe-se que o ato de avaliar é algo complexo e por vezes perigoso, portanto, torna-se necessário uma nova concepção de avaliação, que rompa com o estereótipo daquele modelo que reprova, pune e exclui, conforme nos diz Azzi (2000, p. 14):

Deixar de reprovar não é deixar de avaliar nem aprovar automaticamente. É ver a avaliação com um novo olhar, buscando seu real significado e sua função no bojo da proposta político-pedagógica da escola.

Nesse cenário ressalta-se a figura do gestor escolar que, a princípio, não se compromete de forma efetiva com o processo avaliativo, deixando essa função aos especialistas – supervisores e orientadores.

Segundo Araújo (2008), o gestor escolar é o regente de todo o processo educativo e, por isso, é o maior responsável pelo desenvolvimento da prática pedagógica, pois, ainda segundo o autor, os discursos, as metas e as decisões educativas são baseadas no rendimento dos alunos por meio das avaliações, que são, por sua vez, os principais referenciais para a elaboração de novos rumos para o trabalho educativo.

De acordo com Araújo (2008) existe uma necessidade de se analisar e validar não somente os resultados da avaliação, mas, também os métodos que são utilizados nesse processo. A avaliação constitui-se como parte central da educação, pois, ela contribui para definir vários aspectos para desenvolvimento dos processos educativos, tais como conteúdos e metodologias.

Andreola (2001), ao discutir as práticas pedagógicas da avaliação escolar, distingue avaliação formal e avaliação informal e afirma que “*são aspectos de um único e mesmo fenômeno*” (ANDREOLA, 2001, p.46). Ao distinguir tais aspectos, o autor nos diz que estamos entendendo por avaliação formal aquelas práticas que envolvem o uso de instrumentos explícitos de avaliação, cujos resultados podem ser examinados objetivamente pelo aluno à luz de um procedimento claro. Por contraposições, entende-se a avaliação informal como sendo a construção, por parte do professor, de juízos finais sobre o aluno, cujo processo de construção está coberto e é aparentemente assistemático. A avaliação necessita, pois, de um método que sugere sua sistematização e continuidade e isto, por sua vez, deve ser do conhecimento do gestor que traçará diretrizes para as ações dos educadores.

É impossível conceber a avaliação sem focar o ensino como base de seu acontecimento e, sucessivamente, a gestão do trabalho pedagógico que é regido pela administração pedagógica que, pressupostamente, presta suporte ao docente por meio dos especialistas. Sabe-se que o ato de avaliar predispõe inúmeras concepções, que, por sua vez, tem deteriorado o ensino. Na verdade, a avaliação deve ser tida como a extensão do ensino, ou seja, é preciso que haja ensino significativo para que haja uma avaliação consciente.

Nesse sentido, o gestor escolar deve funcionar como mola mestra dos bastidores, ou seja, não existe avaliação positiva sem um ensino significativo, e não existe um ensino significativo sem uma gestão qualificada.

Segundo Arantes (2004) o gestor escolar é o responsável por todo o processo educativo, desde a organização administrativa até as salas de aula onde é executado o trabalho pedagógico, onde existe um profissional de frente – o professor – que reflete a qualidade da gestão geral.

Normalmente, o que se presencia é a avaliação fragmentada com vistas a julgar o aluno e sua capacidade, ou então o sistema de ensino, porém, nunca se atribui à avaliação um caráter analítico da forma de ensinar, onde deveriam ser analisadas as origens da classificação do ambiente escolar, as ações diretas em prol da qualificação pedagógica.

Nesse contexto, ressalta-se que a avaliação é, sem dúvida, o resultado daquilo que é ensinado. Portanto, vale a pena ressaltar algumas características da avaliação para melhor compreender essa relação. É preciso que fique claro que, independentemente da forma adotada de organização do trabalho escolar, a própria intenção de oferecer à comunidade uma educação de qualidade impõe a necessidade de se fazer um esforço visando à superação de deficiências formativas dos educadores na área de avaliação.

No entanto, não basta capacitar os profissionais para elaboração de boas provas e/ou avaliar resultados de uma forma geral. Torna-se necessário que os gestores observem os resultados dos alunos e tracem novas perspectivas de ações pedagógicas, como também avalie o trabalho que está sendo realizado para a promoção do ensino-aprendizagem, pois, a avaliação do trabalho docente é o que determina o tipo de avaliação. O que é preciso é passar a considerar a questão da avaliação da aprendizagem de um modo inteiramente novo, de modo a torná-la um instrumento de conhecimento dos alunos, das suas diferenças e semelhanças, das suas qualidades, interesses e necessidades, bem como da eficácia do trabalho educativo que se realiza em sala de aula.

É preciso ter em mente que as provas são aplicadas em momentos determinados e, não importa com que frequência isso ocorra, medem o desempenho do aluno nesses momentos determinados, ignorando as atividades reais e as manifestações dos alunos ocorridas nos intervalos entre elas. E são essas atividades reais e essas manifestações que poderiam, mais apropriadamente, nos informar a respeito dos seus interesses, dos seus pontos de vista, das suas qualidades e competências, bem como das suas necessidades e deficiências.

A respeito das provas ou exames escolares Piaget (1988, p.46) se refere nos seguintes termos:

Tudo já foi dito sobre o valor dos exames escolares e, no entanto, essa verdadeira praga da educação em todos os níveis continua a viciar- as palavras não chegam a ter a violência necessária- o relacionamento normal entre professor e aluno, comprometendo em ambos a alegria de trabalhar e, frequentemente, a confiança recíproca. As duas falhas essenciais do

exame consistem, na realidade, no fato de que em geral ele não possibilita resultados objetivos e acaba se transformando fatalmente, em fim por si mesmo (...). O exame escolar não é objetivo, antes de mais nada, porque implica sempre uma parcela de sorte; além disso, e sobretudo, porque está mais voltado para a memória que para as capacidades construtivas do aluno (como se esse último estivesse condenado a nunca mais a utilizar de seus livros após deixar a escola! (...)). O exame escolar torna-se um fim em si mesmo porque passa a ser o centro das preocupações do professor, ao invés de favorecer sua vocação natural para despertar consciências e inteligências; e porque orienta todo o trabalho do aluno para o resultado artificial que é bom êxito nas provas finais, ao invés de apelar para suas reais atividades e sua personalidade.

Nessas condições, não é justificável que o professor continue a acreditar que a soma das várias notas obtidas ao longo do ano possam constituir uma base de informações seguras para que se possa decidir, com tranquilidade e confiança, pela reprovação ou promoção dos alunos. Menos justificável ainda seria manter as mesmas concepções e os mesmos procedimentos num contexto em que a escola passa por profundas transformações, visando torná-la mais capaz de reconhecer e lidar com as diferenças que os alunos apresentam, mais adaptada às suas características e necessidades. Não se trata mais de aprovar ou reprovar os alunos, mas sim, criar as condições necessárias para o seu pleno desenvolvimento e, dessa forma, tornar a experiência escolar uma oportunidade para a concretização de aprendizagens reais e significativas.

Portanto, pode-se afirmar que para a avaliação ser a extensão do ensino, ela precisa, antes de tudo, ser repensada e aplicada de forma consciente no sentido de promover o aprendizado do aluno. Ludke (1994, p.22) faz um comentário sobre a avaliação que conceitua sua atuação no trabalho pedagógico: “*a avaliação antecede, acompanha e fecha todo o ciclo de um trabalho pedagógico*”. Contudo, é interessante ressaltar que “fechar” não significa “concluir”. Ao contrário, significa o início de um novo processo, redimensionado a partir da avaliação até então realizada.

Quando se fala em avaliação não se pode considerá-la um fenômeno à parte dos processos de ensino-aprendizagem, e sim um processo didático. Considerar a avaliação como um elemento externo ao processo didático é afirmar uma concepção restrita de avaliação, em que esta é vista apenas como atividade técnica. Concebida



dessa maneira a avaliação é reduzida a um caráter instrumental, pois, nega sua condição de elemento constitutivo de uma prática pedagógica transformadora, ou seja, estaremos negando seu caráter político (GAME, 2000, p.66).

Quando a avaliação é posta em destaque, quando é tomada como objeto de estudo, sua abordagem implica, quase sempre, a discussão de seu significado e a crítica à função que tem desempenhado no sistema educacional e de ensino. Se tal função representa a concretização de uma proposta pedagógica essa crítica pode, por sua vez, ser o ponto de partida na presente reflexão.

A crítica feita à avaliação escolar, embora indispensável e necessária, não é suficiente. Se identificada apenas com a denúncia, é limitada e unilateral. Ela não deve apenas apontar o que é mau, mas permitir *“distinguir o que é bom, o que é mau; é ela que nos faz ver com clareza, que nos faz avançar”* (FORQUIM, 2005, p.128).

A avaliação é, pois, uma atividade intencional, e como tal, não pode ser vista como apenas um apêndice do processo de ensino-aprendizagem. Torna-se necessário também que seja permeada por objetivos que, por sua vez, só podem ser alcançados mediante o desenvolvimento de uma proposta pedagógica orientada pela gestão escolar que busca validar qualidade ao ensino. E essa proposta pedagógica deve ser realizada de forma coletiva, porém, com o controle do gestor escolar, que deve, por sua vez, estar preparado para inserir a avaliação progressista ao contexto escolar (ANDREOLA, 2001, p.66).

Uma proposta pedagógica emerge de um diagnóstico – portanto, de uma avaliação – é acompanhada de avaliação e é avaliada em sua conclusão. O plano de avaliação de uma proposta pedagógica não é um apêndice desta. Uma avaliação que emerge de uma prática e que desempenha uma função que vai além da constatação de resultados não pode ser, pois, uma avaliação que classifica e reprova. É uma análise crítica e permanente da prática pedagógica, possibilitando a leitura e a compreensão do seu desenvolvimento. Constitui o ponto de partida para a tomada de decisões de aperfeiçoamento dessa prática.

A avaliação define, assim, a relação com o conhecimento construído em sala de aula. Na ótica da instituição o resultado da avaliação do aluno é indicador da qualidade do professor, portanto, a avaliação do educador. Além disso, como a avaliação reflete as práticas educativas e culturais encontradas na escola, pode validar julgamentos de valor e pode justificar práticas de exclusão. Por outro lado, a prática avaliativa pode ser a peça chave para a inclusão e o desenvolvimento de todos os educandos, tornando-os mais informados sobre os processos que aí ocorrem; como também sobre os tempos necessários para a formação de conceitos e para a apropriação dos conceitos simbólicos (PENIN, 2003, p.34).

A escola necessita, pois, rever seus conceitos e se posicionar quanto à elaboração do Projeto Político Pedagógico em todas as questões que permeiam as práticas de avaliação. E, para isso, deve priorizar e caracterizar a avaliação como sendo o principal aspecto dos processos de ensino-aprendizagem, priorizando-a e caracterizando-a em uma dimensão humana que permita, por sua vez, a ascensão do indivíduo por meio da valorização de suas habilidades e competências.

### **3. O PAPEL DA AVALIAÇÃO JUNTO AO DESENVOLVIMENTO CURRICULAR NA ESCOLA MUNICIPAL IRACEMA ESTEVES E SEUS REFLEXOS NOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

O desenvolvimento desse estudo contempla, em sua estruturação, a abordagem qualitativa em seu desenvolvimento. Segundo Minayo (2004, p. 21) a pesquisa qualitativa:

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. [...] um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

O presente estudo trata-se de uma pesquisa documental que foi desenvolvida com base na análise do Projeto Político Pedagógico – PPP – da Escola Municipal Iracema Esteves, localizada no município de Alfenas, no estado de Minas Gerais. Esse estudo teve como foco principal tecer algumas reflexões acerca do sentido e do verdadeiro papel da avaliação junto ao desenvolvimento dos projetos educacionais aí desenvolvidos. Foram tratados, nessa pesquisa, os mecanismos utilizados na referida instituição para a constituição e efetivamente aplicação de instrumentos de avaliação compatíveis com as diferentes situações de ensino-aprendizagem, como também junto ao desenvolvimento curricular nesse contexto educacional.



Figura 1: Fachada da E. M. Iracema Esteves

A Escola Municipal Iracema Esteves procura fornecer, dentro de suas condições, uma base de conhecimentos diversificados, tendo como meta a formação integral do educando. Nessa instituição o aluno pode refletir sobre a ação do professor, como também sobre os parâmetros utilizados para uma prática educativa fixada em saberes construídos por ideais de transformações, obtendo, dessa forma, informações mais concretas sobre o trabalho técnico-pedagógico aí realizado.

A equipe pedagógica é formada por profissionais capacitados: todos possuem curso de Pós-Graduação em diversas especificidades, tendo, por sua vez, o seu trabalho direcionado para atribuições diferenciadas, que condizem com seu grau de formação. A capacitação continuada constitui-se como sendo um processo corriqueiro na instituição, sendo que, semanalmente, são separadas 4 horas para estudo e pesquisas, onde os professores se preparam por meio de fundamentações teóricas que condizem com os propósitos da escola. Essas reuniões são subsidiadas por profissionais preparados e atualizados que, por sua vez, transmitem as inovações pedagógicas aos professores da escola, preparam testes e realizam uma observação contínua do trabalho realizado pelos mesmos no período pós-formação.

Tabela 1 - Perfil da E. M. Iracema Esteves

<b>Direção</b>	<b>Márcio Antonio da Costa</b>
Vide-Direção	Yara Maria Becker Reis
Equipe Pedagógica	Duas Especialistas: Orientadora e Supervisora 30 professores
Equipe Técnica	13 pessoas: (03) secretaria, (01) portaria, (01) bibliotecário, (01) técnico na sala de informática, (01) inspetor de alunos e (06) serviços gerais.
<b>Público de Atendimento</b>	Adolescentes a partir de 15 anos de idade até adultos, que cursam a EJA – Educação de Jovens e Adultos – entre 19h até 23h50min de segunda a sexta-feira.

O corpo discente da referida escola é composto, em sua maioria, por alunos oriundos de classe média-baixa. O trabalho pedagógico aí desenvolvido tem como objetivo principal incluir todos os alunos de forma significativa, através de ações que atendam as diversidades aí encontradas. Segundo o seu Projeto Político

Pedagógico, constituem-se como parâmetros a serem seguidos para o desenvolvimento dos processos educativos:

- Formar o aluno em sua integridade;
- Oferecer condições que propiciem uma aprendizagem significativa;
- Oferecer aos alunos possibilidades de desenvolvimento de suas capacidades, independente de cor, raça, condição social ou qualquer tipo de discriminação;
- Formar o cidadão crítico e participativo, com condições de conviver na sociedade e adaptar-se às suas exigências.

Tendo uma estrutura física bem estruturada, a escola realiza um trabalho exemplar em termos de distribuição de tempos e espaços escolares que estão, por sua vez, contidos em seu Projeto Político Pedagógico. Isso acaba por propiciar aos alunos diversas atividades fundamentadas nas novas metodologias educacionais, que incluem, por sua vez, as aulas extraclasse. Os professores apresentam metodologias inovadoras inclusivas, que atendem as novas demandas para a escola em sua caracterização educacional contemporânea. As aulas são diversificadas, trabalham com projetos e aulas interdisciplinares, utilizando os PCN's como apoio pedagógico. O gestor escolar da Escola Iracema Esteves apresenta compromisso com as questões avaliativas, principalmente, no que se refere aos direcionamentos pedagógicos que viabilizam uma aprendizagem significativa, acompanhando todos os processos avaliativos ocorridos na escola por meio de análises contínuas tanto nas formas de avaliação quanto nos resultados. Nesse mesmo contexto, professores e especialistas trabalham juntamente com o gestor por meio de reuniões pedagógicas, espaço criado para análises e discussões numa perspectiva construtiva e participativa. Embora a escola se baseie no modelo Democrático e Participativo que se fundamenta na Avaliação Formativa, observam-se algumas práticas avaliativas tradicionais no que se refere à preocupação com a objetividade dos resultados e dos instrumentos de medida. Contudo, os instrumentos de avaliação se resumem em portfólios, dramatizações, atividades livres e outras, porém, as provas escritas ainda fazem parte do contexto da Escola Iracema Esteves.

## 4. CONSIDERAÇÕES DA ANÁLISE

Todas as reflexões apresentadas apontam para a necessidade de um deslocamento da atual visão avaliativa – centrada apenas no aluno e no professor – para a totalidade contextual escolar, principalmente para a qualificação dos processos de ensino-aprendizagem.

A educação não pode ignorar os quesitos básicos que definem a qualidade dos processos de ensino-aprendizagem, atribuindo à alguns a responsabilidade de ensinar de forma efetiva. A avaliação precisa deixar de ser algo realizado entre as quatro paredes de uma sala de aula e passar a ser uma das principais questões observadas pelo gestor escolar.

A escola para resgatar o seu papel de ensinar, considerando o seu potencial de aprendizagem e não ficando circunscrita aos modelos historicamente construídos – como avaliar sem considerar a necessidade de conhecimento de todos os envolvidos no processo – precisa rever seus conceitos acerca de proporcionar aos envolvidos essa responsabilidade que não deve ser vista como obrigatoriedade, mas sim, como necessidade.

O gestor escolar, ao ampliar sua visão avaliativa e considerar os aspectos a serem desenvolvidos, tem que antes romper com a especificidade de seu contexto e entender que ele é quem determina a qualificação das práticas pedagógicas para que cheguem ao ideal nacional.

Foi possível constatar por meio do referencial bibliográfico que os modelos de avaliação dos mesmos não se encerram apenas no rendimento do aluno, mas, no contexto geral da escola, propondo um trabalho concomitante com os planejamentos e objetivos pedagógicos que implicam na prática do ensino em si.

Nesse sentido, conclui-se que os grandes responsáveis pelo sucesso ou fracasso do aluno, não são somente os professores, mas todos aqueles que fazem

parte do contexto, tendo como referencial o envolvimento do gestor de forma específica nos processos avaliativos.

Pode-se dizer que, dentre os modelos de avaliação vigentes, o modelo Democrático e Participativo é o que mais se procura implantar nas escolas. Para isso, torna-se necessário um maior comprometimento dos educadores no que se refere a uma nova postura frente aos processos de avaliação, que deve ser, por sua vez, voltada para o desenvolvimento integral do aluno.

É possível que a avaliação se constitua em um instrumento de aprendizagem, desde que seja compreendida em sua amplitude. Por sua vez, a progressão continuada ainda não constitui-se como sendo algo claro para os profissionais da educação, que, por sua vez, continuam vivenciando a cultura da reprovação que exclui e que é usada como punição. Os alunos continuam sendo, com a progressão continuada, os alunos “aprovados”, mas “reprovados”, sendo este, o fator da preocupação nacional em termos de ensino-aprendizagem, explicitamente mostrada por meio da criação de avaliações como Saeb, Provinha Brasil, Ideb, Enem e outras, que têm como objetivo, além de mostrar à sociedade a situação da Educação no Brasil, regularizar a necessidade de um comprometimento dos profissionais em busca da qualificação do ensino.

Enfrentar esses desafios e deslocar as antigas concepções para essa nova visão não é tarefa fácil, pois, requer uma revolução interna e externa no que diz respeito à gestão do trabalho pedagógico voltada para a avaliação como referencial de ensino-aprendizagem e qualificação dos sistemas educativos. Quanto ao Projeto Político Pedagógico da Escola Iracema Esteves, pode-se concluir que a escola apresenta qualificadas propostas para o desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem por meio das avaliações como referencial, porém, é preciso um maior comprometimento por parte dos educadores no que se refere à tomada de decisão para mudança efetiva de postura.

## REFERÊNCIAS

ANDREOLA, B. A. **Dinâmica de grupo** – jogo da vida e didática do futuro. Petrópolis: Vozes, 2001.

ARAÚJO, L.M, **Vivendo as novas propostas curriculares**: um olhar sobre os descritores. Belo Horizonte: Ed. Mimeo, 2008.

ARANTES, Libânio. **Reaprendendo a avaliar**. Petrópolis: Paz e Terra, 2004.

AZZI, S. Avaliação escolar. In: MENEZES, M. B. & RAMOS, W. M. **Guia de Estudo**. 1ª ed. Brasília: MEC/FUNDESCOLA, 2000 (Coleção Magistério, Universidade 7).

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Qualidade de Educação**: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 4ª série do Ensino Fundamental. Brasília: Inep, 2003.

FOURQUIM, M. C. D. **A gestão avaliativa**. São Paulo: Ars. Poética, 2005.

GAME J.F. **A pesquisa avaliativa**. 3ª ed. Brasília: Ed. Mimeo, 2000.

PENIN, S. Repetência escolar: há ganhos? In: Secretaria Municipal de Belo Horizonte. **Ciclo de Conferências da Constituinte Escolar**. Caderno Temático nº 3. Maio. 2003. pp. 99-100.

PIAGET, J. **Psicologia e pedagogia**. Trad. Dirceu Accioly Lindoso; Rosa Maria Ribeiro da Silva. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1988.



## BIBLIOGRAFIA

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conae 2010: documento final**. Disponível em [http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento\\_final\\_sl.pdf](http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf). Acesso em 09/102010.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em 09/102010.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>. Acesso em 09/102010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 09/102010.

CANEN, A. **Avaliação da aprendizagem em sociedades multiculturais**. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2001.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>. Acesso em 09/102010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: um Campo de Atuação do Gestor Educacional na Escola**. Disponível em <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf>. Acesso em 09/102010.

**DIEB/DICIONÁRIO INTERATIVO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA** (verbetes avaliação formativa e avaliação somativa). Disponível em Agência Educa Brasil. Acesso em: XX/XX/XXXX.

ESTEBAN, M. T. **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

ESTRELA, A; NÓVOA, A. (orgs). **Avaliações em educação? Novas perspectivas**. Lisboa: Porto, 1999.

GUBA, E.; LINCOLN, Y. Uma abordagem naturalística para a avaliação. In: SANDERS, J. (org). **Introdução à avaliação de programas sociais**. São Paulo: Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social, 2003.

PARO, V.H. **Educação como exercício de poder**. São Paulo: Cortez, 2008.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **O gestor educacional de uma escola em mudanças**. São Paulo: Pioneira, 2002.

**ANEXO I**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO  
ESCOLA MUNICIPAL IRACEMA ESTEVES  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS**



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR  
PROJETO VIVENCIAL**

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

**LUIZ CARLOS LOPES  
MÁRCIO ANTONIO DA COSTA**

**BELO HORIZONTE  
2010**



**LUIZ CARLOS LOPES  
MÁRCIO ANTONIO DA COSTA**

## **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Projeto Político Pedagógico apresentado ao Curso de Especialização (Latu Sensu) em Gestão Escolar da Faculdade de Educação, Sala Ambiente Projeto Vivencial, sob orientação da Professora Regina Auxiliadora Barros de Souza



## SUMÁRIO

<b>01. Introdução.....</b>	<b>pág. 04</b>
<b>02. Finalidades da Educação.....</b>	<b>pág. 05</b>
<b>03. Estrutura Organizacional.....</b>	<b>pág. 07</b>
<b>04. Currículo.....</b>	<b>pág. 14</b>
<b>05. Tempo Escolar.....</b>	<b>pág. 16</b>
<b>06. Processos de Decisão.....</b>	<b>pág. 18</b>
<b>07. Relações de Trabalho.....</b>	<b>pág. 21</b>
<b>08. Avaliação.....</b>	<b>pág. 22</b>
<b>09. Considerações Finais.....</b>	<b>pág. 24</b>
<b>10. Referências.....</b>	<b>pág. 26</b>
<b>11. Anexos.....</b>	<b>pág. 28</b>

## INTRODUÇÃO

O presente documento tem como objetivo estruturar um espaço de construção coletiva e, segundo Oliveira, s.d., consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. A sua construção se dá através da participação intensa da comunidade escolar – pais, alunos, professores, funcionários e equipe diretiva.

Segundo o MEC – Ministério da Educação e Cultura – através de sua Secretaria de Educação Básica, no documento Indagações sobre o currículo: currículo e avaliação, 2007, p.38

[...] O projeto político-pedagógico deve fixar indicadores a serem alcançados pelo coletivo da escola. Indicadores não são padrões a serem obedecidos cegamente, mas marcas que o coletivo da escola espera atingir e para as quais se organiza. Pode envolver a fixação de índices menores de reprovação, índices maiores de domínio de leitura ou outro conteúdo específico, expectativas de melhoria do clima organizativo da escola etc. Pode envolver ainda a obtenção de uma melhor articulação com a comunidade local, ou a luta por demandas a serem feitas ao poder público e que sejam vitais para o melhor funcionamento da escola.

Creemos que não é possível provocar as mudanças necessárias à eficácia escolar e ao desenvolvimento de um ensino de qualidade sem a participação efetiva da comunidade. Esta precisa apresentar suas ideias, envolver-se nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras e incentivar os jovens a buscarem os melhores caminhos para suas vidas e dar-lhes oportunidades de encurtar os caminhos de conquista de uma vida digna e de oportunidade de crescimento pessoal.

De acordo com Souza, 2005, precisamos trabalhar de forma democrática, discutir, deliberar, planejar, solucionar problemas e avaliar o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da escola. Partimos do pressuposto de que com o trabalho em conjunto, somaremos nossas forças e teremos olhares diferentes dos diversos setores sobre os pontos positivos e negativos da escola. Isso fará ampliar a realidade escolar como uma lente macro de um telescópio. Assim, poderemos ver o corpo e a alma da escola, como ela realmente é, o que a caracteriza e o que orienta sua ação educativa.

Certamente, com essa abertura, conseguiremos alcançar de forma mais rápida e dinâmica nossos objetivos de conquista da escola de qualidade tão sonhada por essa comunidade.

A Escola Municipal Iracema Esteves foi criada em dezembro de 1969 e destinava-se a ministrar o ensino de 1º grau. Autorizada a funcionar pela Portaria nº 77/70, recebeu a denominação de Escola Integrada de 1º Grau Municipal de Alfenas e, posteriormente, em 1972, passou a ser chamada de Escola Municipal de 1º Grau de Alfenas. Em 1980, pela Portaria nº 302/80 recebeu uma nova denominação, passando a ser chamada de Escola Municipal de Alfenas e, somente em 1983, pela Portaria nº 1.015, recebeu o nome oficial de Escola Municipal Iracema Esteves.

A escola pertence à rede municipal de ensino de Alfenas e está sob a supervisão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Oferece o Ensino Fundamental – Anos Finais – e a EJA (Educação de Jovens e Adultos) – 2º Segmento. Atende a cerca de 500 alunos por semestre e conta com 30 professores, duas especialistas, diretor e vice-diretor, três funcionários na secretaria, seis profissionais de serviços gerais, um bibliotecário e um professor na sala de informática.

## FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

A Escola Municipal Iracema Esteves tem como prioridade, de acordo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394/96, artigo 2º, dentre os princípios e fins da Educação Nacional, trabalhar a/o:

- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Como se trata de uma escola noturna, que atende, em grande parte, a alunos maiores e trabalhadores, tem como proposta, de acordo com a Lei 9.394/96, artigo 1º, § 2º, o vínculo da educação escolar com o mundo do trabalho e com a prática social. Porém, como observa Oliveira (s.d), a comunidade local e do entorno devem se apropriar do saber como um direito universal, pois a educação deve levar as pessoas a se tornarem mais humanas, mais atualizadas historicamente e mais sintonizadas com os problemas sociais de seu tempo-espço.



A cultura é um dos elementos norteadores da vida em comunidade. Através das suas mais diversas manifestações (dança, música, teatro, literatura, filmes) o ser humano se insere na comunidade e, através desta, no mundo ao seu redor. Com o objetivo de inserir os alunos e a comunidade no espaço político e cultural, a escola incentiva a criação de:

- grupos de leitura e de discussão dos mais diversos gêneros;
- grêmio estudantil;
- conselho escolar, caixa escolar e conselho de classe;
- grupos de percussão, de teatro, de dança;
- blogs e sites a fim de se trocarem informações por estes canais;
- web rádio com o intuito de a comunidade manifestar sua cultura, seus desejos e anseios;

Essa maior participação da comunidade nas atividades escolares tem como objetivo fazer com que todos sintam que são parte integrante não apenas do corpo da escola, mas também de toda a sociedade a sua volta e vejam-se como membros vivos e dinâmicos capazes de conhecer o mundo, entendê-lo e manifestar sua opinião.

A educação não se dá apenas no espaço escolar. Com o avanço das tecnologias e dos meios de comunicação de massa, temos a oportunidade de aprender e de nos desenvolver intelectualmente em vários espaços, além dos muros da escola. A escola deve perceber-se como instituição reguladora. Ela e o próprio educador devem restabelecer, em suas práticas pedagógicas, o ideal de formação humanista. Assim, o ato de educar terá a sua intencionalidade política e transformadora concretizada, pois trará em si um compartilhar de ideais e valores.

Entendendo que na vida aprendemos constantemente, independente da situação escolar, queremos que as experiências pessoais de nossos discentes em seu mundo particular sejam o motivo de aprendizado juntamente com o aprendizado formal adquirido no espaço escolar com a convivência com os professores, alunos e com o próprio ambiente. Logo, poderemos incorporar valores como cidadania, participação política, construção da cultura, ou seja, da educação para a vida e operar mudanças em nós mesmos, reinterpretando a realidade de forma crítica e intervindo no meio social no qual estamos inseridos.

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Vamos destacar os mecanismos que dão origem ao processo de mobilização e de participação da comunidade nos processos decisórios, além dos atos administrativos referentes aos recursos humanos, físicos e financeiros.

A escola precisa, obviamente, produzir algo que, segundo Dourado, 1998, p.90, apud OLIVEIRA, MORAES e DOURADO, sd, p.02, seja pensado nos

(...) diversos momentos da prática pedagógica, ou seja, no ato de ensinar, nas lutas políticas, no planejamento, na organização pedagógica da escola, na gestão, na relação com a comunidade.

A Escola Municipal Iracema Esteves é uma escola noturna que atende a alunos trabalhadores, advindos de vários pontos da cidade. Ao redor da escola, encontramos um supermercado e vários pontos comerciais; logo à frente, uma praça e alguns poucos moradores; nos fundos, há um residencial, onde moram pessoas que não têm vínculo com a escola. Por estes motivos, a sua relação com a comunidade do entorno escolar é quase nula.

Quanto à estrutura física, há:

- banheiros masculinos e femininos em área arejada e em bom estado de conservação;
- cozinha e cantina com espaço pequeno que dificulta o acesso de outros servidores para ajudar a servir os alunos. A ausência de um refeitório faz com que os alunos se alimentem em pé ou sentados nas calçadas.
- laboratório de informática completo – com 20 computadores;
- biblioteca inadequada: o laboratório de informática fica junto com a biblioteca (suas mesas são dispostas nas paredes ao redor da sala) e as mesas da biblioteca ficam ao centro. Quando usados ao mesmo tempo, gera um certo desconforto: o professor de informática precisa se comunicar com seus alunos e estes com o professor, e o professor da biblioteca e seus alunos precisam de silêncio para leitura, reflexão ou comentários sobre pesquisa ou obra em análise. A biblioteca possui um número razoável de obras para leitura e pesquisa;
- sala de professores: desconfortável, pequena, sem ventilação; não possui infraestrutura adequada para receber os profissionais que ali se encontram para desenvolver suas atividades;

- secretaria: em localização adequada, logo na entrada da escola, com boa estrutura física;
- sala de orientação e supervisão: situada bem no centro da escola, está em boa localização para acompanhar de maneira eficiente professores, alunos, pais e a comunidade em geral.
- sala de direção: também localizada logo na entrada, tem um bom espaço para receber professores, pais, alunos e a comunidade em geral.
- sala de multimídia e de eventos.
- quadras: há duas quadras – uma coberta e outra descoberta.

A Escola Municipal Iracema Esteves ocupa este prédio juntamente com a Escola Municipal Antonio Joaquim Vieira. Esta, durante o dia, nos períodos matutino e vespertino, e aquela, no horário noturno, de 17h30min às 23h30min. À noite, funciona o Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escola atende a 19 turmas, das quais nove são da modalidade Educação de Jovens e Adultos (semestral), cinco do Ensino Fundamental Regular – anos finais – e as outras cinco do ProJovem Urbano.

A Escola possui 34 professores em exercício, dos quais apenas 13 são efetivos. Não há uma regularidade no nível de carreira, visto que os contratados, mesmo com especialização, encontram-se no nível P3. Os efetivos situam-se entre os níveis P3 (sem especialização) e P4 (com especialização). Todos com, no mínimo, licenciatura.

Em relação ao pessoal técnico-administrativo, temos:

- duas especialistas: uma orientadora educacional e uma supervisora;
- duas professoras eventuais: uma de português, outra de matemática;
- um bibliotecário;
- um professor na sala de informática;
- uma secretária e dois auxiliares de secretaria;
- diretor e vice-diretora;

Contamos, constantemente, com a presença de estagiários das universidades da cidade (Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL – e Universidade José do Rosário Velano – UNIFENAS), os quais ora desenvolvem seus projetos, ora auxiliam os professores nas suas atividades rotineiras e no apoio aos alunos com maior dificuldade de aprendizagem.

A coordenação pedagógica está centrada na equipe diretiva – diretor, vice-diretora, orientadora e supervisora. A equipe se incumbem, dentre outras atividades de:

- coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Ação;
- promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico, visando à elaboração de propostas de intervenção para a qualidade de ensino para todos;
- organizar a realização dos Pré-Conselhos e dos Conselhos de Classe, de forma a garantir um processo coletivo de reflexão-ação sobre o trabalho pedagógico desenvolvido no estabelecimento de ensino;
- coordenar a elaboração e acompanhar a efetivação de propostas de intervenção decorrentes das decisões do Conselho de Classe;
- orientar a comunidade escolar na construção de um processo pedagógico, em uma perspectiva democrática;
- propiciar o desenvolvimento da representatividade dos alunos e de sua participação nos diversos momentos e Órgãos Colegiados da escola;
- coordenar o processo democrático de representação docente de cada turma;
- coordenar a análise de projetos a serem inseridos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;
- acompanhar o processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;
- participar na elaboração do Regulamento de uso dos espaços pedagógicos;
- orientar, acompanhar e visar periodicamente os Livros Registro de Classe e a Frequência dos alunos.

A Comunidade escolar tem uma grande participação dos professores nas tomadas de decisões, mas uma participação pequena de outros setores como alunos, pais e funcionários. Estes têm sua participação assegurada no Conselho Escolar e na Caixa Escolar, mas quase que insignificante se considerarmos o

universo de decisões tomadas diariamente para a solução de problemas ou para a busca de resultados positivos.

O espaço escolar é utilizado pela comunidade nos fins-de-semana. Estão liberados o laboratório de informática, biblioteca e as quadras poliesportivas, onde a comunidade desenvolve atividades de lazer, leitura e pesquisas.

Há uma divisão de trabalhos para que as decisões possam fluir com maior eficiência nas soluções de problemas. Esta partilha nos trabalhos não quer dizer que o profissional cuida única e exclusivamente daquela atividade, mas todos se ajudam mutuamente. Aos seguintes profissionais, estão relacionadas as seguintes incumbências:

- Metodologia de ensino adotada na escola: corpo docente e equipe diretiva.
- Planejamento dos professores: supervisora e diretor.
- Calendário Escolar: Secretaria de Educação.
- Problemas de disciplina em relação aos alunos: orientadora e vice-diretora.
- Problemas de disciplina em relação aos funcionários: diretor.
- Participação dos pais e da comunidade local: equipe diretiva.

A partir da análise concreta do sistema de trabalho da escola, teremos oportunidade de visualizar, de forma clara e objetiva, os problemas e dar-lhes maior atenção. Com a participação da comunidade na implementação dos Conselhos Escolar e de Classe, no Grêmio Estudantil e no Projeto Pedagógico, teremos a força do conjunto.

Vamos, então, implantar uma gestão democrática de tal modo que a Escola possa objetivar, segundo OLIVEIRA, MORAES e DOURADO, sd, p.07:

[...] a formação crítica e política de seus alunos e de sua comunidade; o envolvimento e a participação da comunidade no processo decisório da escola; o desenvolvimento de ações colegiadas, visando à democratização do espaço escolar; o fortalecimento da unidade escolar.

Teremos, assim, uma conquista de todos, um marco na gestão democrática da escola. Talvez, numa visão negativista, seja apenas mais uma ação sem reação, mas queremos que a participação ativa da comunidade seja imprescindível para a incessante busca pela qualidade do ensino público.

## Recursos Financeiros e seu Impacto na Gestão Escolar

Vamos, agora, estabelecer um quadro comparativo entre os recursos recebidos pela Caixa Escolar Aluna Antonia Nazareth Rocha, pertencente à Escola Municipal Iracema Esteves, nos anos de 2007 a 2009. Neste período, o principal recurso financeiro recebido foi o referente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE – pelo Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE.

Mostraremos quão importante é para a escola ter autonomia na administração dos recursos financeiros para que o dinheiro seja gasto da maneira mais adequada possível e de acordo com suas necessidades diárias. Segundo Oliveira, Moraes e Dourado, s.d., p.02:

a autonomia financeira possibilita à escola elaborar e executar seu orçamento, planejar e executar suas atividades, sem ter de necessariamente recorrer a outras fontes de receita, aplicar e remanejar diferentes rubricas, tendo o acompanhamento e fiscalização dos órgãos internos e externos competentes.

A Escola tem uma autonomia parcial e, de acordo com Oliveira, Moraes e Dourado, s.d., a incumbência de administrar os recursos não é exclusiva da escola, mas apenas parte deles. Assim, a escola pode utilizar seu tempo, cuidando de finalidades específicas da educação como do planejamento pedagógico ou da formação continuada dos professores. Para que ela não precise recorrer a outras fontes de receita - como a venda de rifas e a festivais - é preciso que esse recurso seja garantido e suficiente para ter todas as suas necessidades supridas.

A manutenção da escola, hoje, fica a cargo da Secretaria Municipal de Educação, que controla todos os gastos referentes a:

- pagamento de pessoal;
- material de limpeza;
- energia elétrica, água, telefone e internet;
- material de secretaria;
- merenda escolar;
- material do aluno – como caderno, lápis, caneta e borracha;
- cursos de formação continuada;
- manutenção de equipamentos;
- transporte escolar.

A seguir, os dados referentes ao período em análise (2007 – 2009):

#### Exercício 2007

Valor recebido no Exercício: 2.190,60 ○ Custeio: 1.095,30 ○ Capital: 1.095,30	Despesa Realizada: 2.258,44 ○ Custeio: 1.129,22 ○ Capital: 1.129,22
Saldo do Exercício Anterior: 18,93	Saldo: 0,99
Recursos Próprios: 50,00	
Valor Total da Receita: 2.259,53	

#### Exercício 2008

Valor recebido no Exercício: 597,59 ○ Custeio: 417,62 ○ Capital: 178,98	Despesa Realizada: 0,00 ○ Custeio: 0,00 ○ Capital: 0,00
Saldo do Exercício Anterior: 0,99	Saldo: 597,59
Recursos Próprios: 0,00	
Valor Total da Receita: 597,59	

#### Exercício 2009

Valor recebido no Exercício: 4.672,20 ○ Custeio: 3.737,76 ○ Capital: 934,44	Despesa Realizada: 1,45 ○ Custeio: 1,45 ○ Capital: 0,00
Saldo do Exercício Anterior: 597,59	Saldo: 5.268,34
Recursos Próprios: 0,00	
Valor Total da Receita: 5.269,79	

Em análise referente às situações problemáticas relativas à rede física observamos:

- falta de pequenos reparos nas redes elétrica e hidráulica e em materiais de uso diário da cozinha e da secretaria da escola como fogões, liquidificadores, panelas, computadores e impressoras;

- falta de manutenção constante nos computadores da sala de informática;
- falta de local apropriado para colocação de mural, onde deveriam circular notícias e comunicados da escola e exposição de trabalhos realizados pelos alunos;
- falta de uma sala de professores confortável, arejada e com boa circulação de ar,
- falta de local específico para laboratórios de informática e de ciências e de uma sala de multimídia bem montada, onde os professores possam atender seus alunos de modo mais eficaz.

Para o ano de 2010, a escola receberá, por meio do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC – a quantia de dezoito mil reais - 18.000,00 - (Custeio: R\$12.600,00 - Capital: R\$5.400,00). Esse dinheiro deverá ser aplicado na compra de materiais que levem professores, alunos e toda a comunidade a trabalhar pela melhora na qualidade de ensino. Numa ampla pesquisa, feita com toda a comunidade no ano de 2009, a escola chegou à conclusão de que precisa aplicar seus esforços na busca pela melhora do ensino e:

- tornar a escola acessível aos alunos e à comunidade;
- ter uma escola informatizada, recebendo, para isso, recursos do Ministério de Educação e Cultura – MEC – para a instalação de uma sala de informática;
- melhorar a performance da escola, visando atingir os níveis de excelência exigidos pelas avaliações externas.

Para alcançarmos as metas desejadas devemos:

- discutir o currículo escolar para adaptá-lo às novas exigências;
- aumentar o desempenho e a produtividade dos alunos;
- capacitar os professores para adequação do currículo escolar referente à EJA e ao Ensino Regular.

Estamos passando por um processo de reflexão muito amplo desde o ano de 2009. Há muitas mudanças, sobretudo de pensamento e de atitudes, necessárias para erradicarmos a ideia arraigada de que a comunidade não pode participar das tomadas de decisão da escola. Mas, já conquistamos uma boa parcela da comunidade escolar, que deseja trabalhar em conjunto para provocar as mudanças.



Continuaremos nessa luta, pela conquista: dos nossos direitos, do diálogo, das mudanças e da participação de todos na transformação da nossa Escola.

## CURRÍCULO

Quando pensamos em currículo, pensamos na delimitação dos temas que precisam ser trabalhados na escola com a finalidade de uma formação integral. Ele deve especificar o que, como e quando ensinar e o que como e quando avaliar. Deve contribuir de forma singular para a construção da identidade do aluno, determinar os objetivos da educação escolar e ainda propor um plano de ação adequado para a consecução de seus objetivos.

Portanto, devemos selecionar, dentre tudo aquilo que é possível ensinar, o que vai se ensinar em situações educativas concretas a fim de formarmos cidadãos plenos, conhecedores de seus direitos e de seus deveres, prontos para agir criticamente no mundo, posicionando-se de forma autônoma e consciente.

Segundo Lewis e Miel, 1978, p.17,

[...] O mais antigo e persistente significado que se associa a “curriculum” é o de matérias, geralmente organizadas como disciplinas escolares que foram definidas para serem ensinadas a alguém. Frequentemente tanto para educadores quanto para leigos, o currículo é, ainda, equivalente ao conteúdo dos livros - de textos - usados pelos professores em suas aulas... Muitas vezes também o currículo é visto como um programa publicado (ou impresso) ou um guia para professores de uma disciplina ou um conjunto de disciplinas.

Este é um velho conceito ainda muito difundido no universo escolar que deve ser muito discutido com a comunidade. Não basta ao educador ensinar apenas o conteúdo específico de sua disciplina. Ele precisa ir além, trabalhar de forma interdisciplinar com seus colegas professores a fim de que a escola, enquanto instituição – e não apenas o professor de maneira isolada – desenvolva o senso de responsabilidade, de cidadania e de valores que indiscutivelmente devem ser desenvolvidos no interior da escola.

Isso não quer dizer que o professor não deva ensinar o conteúdo de sua disciplina, mas, sim, fazê-lo de maneira contextualizada, viva e concreta, de tal forma que leve o aluno a associar o aprendizado com aquilo que vive no seu dia-a-

dia ou ajudá-lo a visualizar o mundo com todas as suas potencialidades e possibilidades que ele lhe oferece para o seu pleno desenvolvimento.

Considerando esta linha de pensamento, a Escola Municipal Iracema Esteves deve levar a comunidade a construir um pensamento próprio e a trabalhar abertamente seus diferentes pontos de vista a fim de tomar as decisões acertadas num menor espaço de tempo.

Um dos entrevistados sobre o desenvolvimento do currículo, no artigo de Moreira, 2008, p. 41, diz o seguinte:

[...] eu penso que vamos também, nessa linha de novas temáticas para o estudo do currículo, chegando à questão do entendimento do currículo como alguma coisa extra-escolar também. (...) se a formação do cidadão está para além da escola e se à cidade cabe também a responsabilidade de educação do cidadão, que currículo é esse? É um currículo que tem que se ampliar e ser definido para além da escola (E1).

Percebemos, assim, que devemos entender os elementos extraescolares a fim de formarmos um currículo forte e que realmente atenda às necessidades da nossa comunidade.

Devemos lembrar, ainda, que tudo o que acontece na escola – a sua cultura, os seus pensamentos, a bagagem que trazem todos os entes participativos para a transformação deste espaço – deve ser levado em conta na hora da elaboração do currículo para que a aprendizagem seja mais significativa e mais bem sucedida.

A construção do currículo se dá com a participação popular e, da mesma forma, sua avaliação passa pelo olhar crítico e criterioso dos envolvidos nesse processo. Os profissionais mais diretamente envolvidos – professores, especialistas e coordenação pedagógica – fazem uma análise constante para verificar seus pontos que precisam ser adequados. O planejamento, por exemplo, antes anual, passa, agora, a ser bimestral e os conselhos de classe, antes bimestrais, passam a ser mensais. Assim, os profissionais podem promover intervenções pedagógicas constantes, acerca dos problemas que necessitam de soluções mais urgentes. Esses problemas, em se tratando de currículo, podem estar relacionados à violência escolar, aos estudantes com necessidades educativas especiais e mesmo às formas e procedimentos de avaliação dos professores. Segundo o MEC, 2007, em Indagações sobre o currículo: currículo e avaliação, p. 37, haveria assim a

[...] construção coletiva de ações que levariam a uma maior qualidade do trabalho pedagógico, avaliação das metas e princípios estabelecidos no projeto político-pedagógico da escola e sua concretização junto aos

estudantes e às turmas, formas de relacionamento da escola com as famílias etc.

Este currículo está embasado em documentos oficiais como a LDB (Lei 9394/96), as Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA e para o Ensino Fundamental e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Como se trata de uma escola que oferece o Ensino Fundamental Regular e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, procura atender as especificidades e generalidades de cada uma.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA (CNE, 2000), no que se refere à orientação curricular, remetem às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Fundamental. Nesse sentido, dentre as orientações, a proposta político-pedagógica da escola deverá garantir a igualdade de acesso dos alunos a uma base nacional comum, de maneira que legitime a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional, bem como a parte diversificada.

Tanto a base nacional comum como a parte diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular – Parâmetros Curriculares Nacionais – que visa estabelecer a relação entre:

- a vida dos alunos, por meio da circulação dos seus aspectos, como a saúde, a sexualidade, a família, o meio ambiente, o trabalho, a ciência e a tecnologia, a cultura e as linguagens;
- as áreas de conhecimento de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Matemática, Ciências, História, Geografia, Arte, Educação Física.

## TEMPO ESCOLAR

A organização do trabalho pedagógico da escola está ligada à forma como a unidade de ensino organiza o seu tempo escolar. Quando bem estruturados em sua elaboração e observados os níveis de particularidades da comunidade escolar a ser atendida, a organização do tempo escolar será mais um aspecto importante para o sucesso pedagógico da escola

A Escola Municipal Iracema Esteves está organizada no sistema de ensino seriado com os seguintes segmentos: ensino fundamental regular anos finais (6º a

9º anos) e ensino fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) – 2º Segmento – 1º ao 4º Períodos.

Por se tratar de ensino noturno, a escola recebe alunos com a idade mínima de 14 anos para ingresso no Ensino Regular e de 15 para a EJA. No caso do ingresso de alunos à EJA, de acordo com orientação da Superintendência de Ensino de Varginha/MG, o ideal é que os alunos menores de 18 anos, que estão cursando o Ensino Regular durante o dia, continuem nesta modalidade. Os alunos recém-matriculados, para ingressarem nesta modalidade de ensino, devem iniciar no 1º período ou passarem por um processo de avaliação, provando sua aptidão para cursar o período seguinte.

O fato de a escola trabalhar com turmas regulares e turmas de suplência no mesmo turno, requer um planejamento rigoroso da distribuição dos espaços e tempos na unidade escolar com a finalidade de garantir uma convivência harmoniosa, conforme a faixa etária e as várias identidades culturais.

O calendário escolar anual é elaborado pela Secretaria Municipal de Educação que, normalmente determina os dias letivos. Aspectos como o início e término de cada bimestre, datas comemorativas em nível de município e apresentações de projetos que envolvam toda a rede, também são decididos de maneira centralizada pela Secretaria Municipal de Educação.

O ano letivo regular é constituído de 200 dias letivos, com carga horária mínima de 833:20h e a organização semestral da EJA é de 100 dias letivos, com carga horária mínima de 400horas. O horário das aulas é semelhante para os dois segmentos: 19h às 22h 55min. O horário escolar é organizado em cinco módulos/aulas de 45 minutos cada, com um intervalo de 10 minutos (recreio).

Ao iniciar o ano letivo, durante todo o mês de fevereiro, a escola realiza uma observação diagnóstica para identificar os alunos com defasagem de aprendizagem ou outros fatores considerados como obstáculos ao aprendizado. Após a fase de diagnósticos, a coordenação pedagógica e os educadores se reúnem para elaborar planos de intervenções que propiciem sanar as dificuldades observadas.

Os planos de intervenções podem ser aplicados individual ou coletivamente de acordo com as necessidades definidas pelo grupo. O trabalho de intervenção é desenvolvido em parte na sala de aulas com o professor regente e, conforme o caso, na sala de reforço com os professores eventuais.

A escola oferece, também, uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para atender aos alunos com deficiência de aprendizagem. As atividades desenvolvidas na sala AEE são diferenciadas das realizadas nas salas de ensino comum, porém, segue um planejamento elaborado de acordo com a proposta pedagógica da escola.

Os alunos da sala AEE são transportados até a escola por meio de veículos da Secretaria Municipal da Educação e, normalmente, todos eles frequentam as salas de recursos da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Alfenas.

Com o intuito de viabilizar tempo e espaços na unidade escolar, o planejamento realizado prioriza a integração de todas as turmas (regular ou EJA) nos projetos culturais e promoções, observando sempre as necessidades diagnosticadas no início do ano letivo.

## PROCESSOS DE DECISÃO

Uma instituição que almeja seu desenvolvimento organizacional precisa unir elementos como a formação profissional e os planos de trabalho individuais e coletivos. No interior de uma instituição, os representantes dos diversos setores devem se encontrar em torno de um objetivo principal: promover o ensino e a aprendizagem dos alunos. O sucesso de um projeto pedagógico é o fator que vai caracterizar, identificar e situar uma escola. O gestor escolar deverá ter a habilidade administrativa e pedagógica para unir toda a força de trabalho em benefício do sucesso dos alunos.

Gerenciar o quadro funcional de uma escola requer habilidades na atribuição de funções para cada servidor. É uma incansável busca pela harmonia do ambiente e a ambição de se conquistar as metas desejadas.

Uma gestão democrática e participativa deve sempre buscar o diálogo, a cooperação e a autonomia, envolvendo todos os profissionais da escola no processo geral de tomadas das decisões. Este processo envolve a solução de problemas, padrões de desempenho e estabelecimento de metas, dentre outros.

A fim de solucionar os problemas presentes na escola, precisamos identificar, definir e estabelecer os limites do mesmo. Este seria apenas o primeiro

passo, já que devemos, posteriormente, partir para a análise e avaliação e, logo em seguida, estabelecer os critérios de julgamento.

Mas, podemos nos perguntar: como descobrir o melhor caminho para conseguirmos êxito nas tomadas de decisão. A resposta não é fácil, mas podemos amenizar os problemas, pensando em conjunto com outros órgãos como o Conselho Escolar e Caixa Escolar.

A CONAE – Conferência Nacional de Educação – retoma o que se diz na Constituição Federal de 1988, a qual defende o pleno desenvolvimento da pessoa, a garantia da educação como dever de Estado e da família e direito do cidadão, conforme o art. 205. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394 de 1996 – confirma esses princípios e acrescenta, no artigo 3º, VIII, que o ensino será ministrado com base na gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino. A LDB explicita, ainda, a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e outros instrumentos equivalentes.

Tomando como ponto de partida esses documentos, a Escola Municipal Iracema Esteves começou a implantar em 2010, os instrumentos que garantem uma participação mais ativa e concreta nas tomadas de decisões, sejam elas relativas ao projeto pedagógico ou às finanças. Para isso foram criados, com funcionamento efetivo, o Conselho Escolar e a Caixa Escolar.

O Conselho Escolar representa um papel fundamental no processo decisório porque ele envolve toda a comunidade escolar em reuniões convocadas com esta finalidade. É o instante em que o debate e as opiniões democráticas são efetivados em um ambiente com vários pensamentos e que apresenta um crescimento positivo, porque, acima de tudo, prevalecem as decisões da maioria. É o momento em que todos se beneficiam das decisões ali estabelecidas. Na validação de tais decisões, tudo é registrado em atas que são conferidas e assinadas pelos presentes.

Os educadores da escola possuem uma jornada de trabalho – em sala de aulas – de 18 ou 20 horas semanais e se encontram semanalmente por 2 horas/aula em reunião pedagógica, período em que ocorrem trocas de experiências, análises pedagógicas do processo de ensino-aprendizagem dos alunos e cursos de capacitação. Através destas reuniões, conhecidas como módulo, surgem

questionamentos que podem ou não dar origem a alterações que serão incorporadas à proposta pedagógica da escola.

Da mesma forma ocorre com a Caixa Escolar. A escola recebe recursos financeiros apenas do governo federal, através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Os recursos são transferidos para a Caixa Escolar através de uma conta bancária da escola. As prioridades de aplicação dos recursos são definidas pelo colegiado escolar através de votação, após as sugestões apresentadas. Parte dos recursos são gastos em bens de consumo e outra parte em bens permanentes. As porcentagens de gastos para cada segmento são definidas pela superintendência administrativa da Secretaria Municipal de Educação.

A prestação de contas dos recursos gastos pela escola é feita de acordo com os seguintes procedimentos:

- 1- A escola conclui sua prestação de contas através do tesoureiro da caixa escolar e do presidente.
- 2- A prestação de contas é apresentada aos membros do colegiado, que analisam a documentação e, após estarem de acordo, emitem parecer aprovando as contas.
- 3- Em seguida, uma via da prestação de contas fica arquivada na escola e a outra via segue para a Superintendência administrativa da Secretaria Municipal de Educação. Logo após, a superintendência analisa as contas e emite parecer conclusivo, para em seguida enviar as informações para o órgão federal competente (FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

É importante que a escola possua autonomia para executar seu orçamento conforme um planejamento que atenda as necessidades da unidade escolar e, posteriormente, se submeta à fiscalização dos órgãos competentes. Desta forma, fica registrada mais uma ação vinculada à Gestão Democrática.

Quando analisamos a participação da comunidade no processo de tomada de decisões, sempre refletimos e confirmamos o quanto ela é positiva. Estas experiências tornam a comunidade mais capacitada a compreender o trabalho escolar e a incentiva a acompanhar a vida escolar dos alunos em várias etapas do processo de aprendizagem. As oportunidades da troca de experiências entre pais e professores contribuem para o estabelecimento de um ambiente mais harmônico e

acolhedor, com resultados altamente positivos para todos os segmentos inseridos na escola.

## RELAÇÕES DE TRABALHO

Acreditamos que o bom relacionamento entre os diversos setores escolares é imprescindível para termos um ambiente de respeito, de crescimento interpessoal e, sobretudo, para o bom desenvolvimento da instituição em que trabalhamos. Para que isso aconteça de maneira natural e segura, cada indivíduo trabalha dentro de sua área de atuação da melhor maneira possível. O Regimento Escolar especifica as funções de cada trabalhador: professor, pessoal da secretaria, especialistas, serviços gerais, direção, eventuais, biblioteca e sala de informática, passando, inclusive pelos setores de participação da comunidade: caixa escolar, conselho escolar, conselho de classe.

Segundo Dourado, Oliveira e Moraes, s.d, p. 02

Ao discutirmos a função social da educação e da escola, estamos entendendo a educação no seu sentido ampliado, ou seja, enquanto prática social que se dá nas relações sociais que os homens estabelecem entre si, nas diversas instituições e movimentos sociais, sendo, portanto, constituinte e constitutiva dessas relações.

Trabalhar essa problemática existente no ambiente escolar é função de todos os profissionais da educação a fim de transformar os indivíduos. Afinal, essa pequena estrutura, é um fragmento social. Portanto, todos os problemas que existem na cidade, existem também em pequenas proporções dentro da escola. Então, como lidar com tudo isso? Conversando, buscando sugestões com órgãos externos como as secretarias de educação e de ação social, conselho tutelar, juizado de menores e ONGs e com os próprios pais que devem, acima de tudo, estar muito próximos da escola.

Nas situações de conflito, os problemas são resolvidos também de acordo com o Regimento Escolar. Antes de tudo, é preciso dialogar e mostrar ao outro onde errou, dando-lhe oportunidade de rever seus conceitos e melhorar sua relação com as pessoas. À medida que os problemas persistem, passamos para advertência por escrito, registrada em livro próprio.

Os conflitos comuns com alunos são, normalmente, resolvidos pela orientação e vice-direção e os problemas com os profissionais da escola com



supervisão e direção. As situações que exigem um pouco mais de cuidado e de análise mais aprofundada são levadas ao Conselho Escolar.

Nossa escola busca melhorar a qualidade do ensino com ações que se baseiam em aperfeiçoamento constante dos profissionais, realização do pré-conselho, grupos de discussão dos problemas enfrentados no âmbito escolar, gestão descentralizada e compromissada com a formação do cidadão participativo, responsável, crítico e criativo, além do trabalho administrativo na sua globalidade.

A formação continuada é uma necessidade e isso acontece em parceria com a Secretaria de Educação e com outros órgãos como a Superintendência Regional de Ensino, Undime e Ministério da Educação. Ultimamente tivemos algumas capacitações como, por exemplo, formação:

- para os professores: Avaliação Diagnóstica, Gestar (para professores de português e de matemática), preparação para professores da sala de informática – aprendendo com as Tecnologias de Informação e Comunicação.
- Para pessoal da secretaria e especialistas: censo escolar, legislação escolar, funcionamento da Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial.
- Para cozinheiras e pessoal de serviços gerais: preparação de alimentos, cardápio e segurança do trabalho.

Os cursos de formação continuada não têm uma periodicidade pré-definida e procuram abranger o maior número de profissionais possível visto ser imprescindível a atualização permanente do pessoal para o pleno desenvolvimento das atividades propostas.

## AVALIAÇÃO

Um projeto político-pedagógico necessita de avaliação para que através desta ação, a escola possa conhecer e compreender seus problemas. Possíveis soluções só poderão ser analisadas coletivamente se a escola conhecer todo o seu processo de organização pedagógica. O processo de coleta das informações pertinentes ao trabalho pedagógico pode ser obtido com mais fidelidade a partir da

prática avaliativa. Portanto, a avaliação é um recurso útil ao aprimoramento do trabalho escolar.

De acordo com Souza, 1995, a avaliação visa ao aprimoramento do trabalho escolar e compreende a descrição, a interpretação e o julgamento das ações desenvolvidas. Como resultado, teremos a definição de prioridades a serem implementadas e rumos a serem seguidos, de acordo com o projeto pedagógico da escola, que deve subsidiar essa redefinição.

Pedagogicamente, a ação de avaliar nos permite compreender o nível de aprendizagem dos educandos e o nível de qualidade do ensino que está sendo oferecido. Sabendo que avaliar é um ato complexo e que necessita de etapas planejadas, torna-se importante conceituar a avaliação institucional como sendo aquela que analisa especificamente a instituição de ensino, enquanto que, a avaliação da aprendizagem analisa o rendimento escolar do aluno. Elas estão interligadas porque em grande parte, o rendimento do aluno depende da instituição com o seu projeto político-pedagógico.

Uma das prioridades do projeto político-pedagógico da Escola Municipal Iracema Esteves é a de desenvolver um modelo avaliativo que considere a vivência dos alunos. Um modelo que assegure o processo da inclusão, da participação e construção coletiva, do diálogo e da mediação e, principalmente, a garantia da autonomia.

A opção de trabalhar com um sistema seriado não se reflete em obstáculos para que o projeto político-pedagógico contemple o respeito ao ritmo de aprendizagem dos alunos. Avaliando e analisando o processo de aprendizagem, é possível redirecionar as intervenções pedagógicas necessárias com o acompanhamento sistemático do processo avaliativo. Assim, a equipe pedagógica e os educadores poderão, juntos, planejar estratégias que possibilitem uma constante evolução dos educandos.

Alguns aspectos negativos, referentes ao cotidiano da escola, precisarão ser analisados com cautela para que seja estabelecido um trabalho em equipe, buscando a reversão destes aspectos. Os mais preocupantes se referem à grande evasão de alunos na Educação de Jovens e Adultos (principalmente no segundo semestre) e a fraca participação da comunidade escolar nos processos de decisão. Inclusive, a quase ausência da comunidade acaba por inviabilizar a manutenção dos

órgãos colegiados: Conselho Escolar, Grêmio Estudantil e Associação de Pais e Mestres.

O projeto político-pedagógico da escola reflete alguns aspectos positivos que merecem destaque: ele orienta uma prática pedagógica avaliativa com etapas de diagnósticos, planejamento e execução em busca da aprendizagem do aluno; atendimento educacional especializado e individualizado, quando necessário; uso de registros avaliativos, tais como a ficha individual de avaliação do aluno e a ficha de amostragem e, também, a reorganização curricular da escola em tempo necessário.

Portanto, ao abordar todas as perspectivas anteriores ao nível da avaliação, a Escola Municipal Iracema Esteves deverá superar o desafio de aproximar toda a comunidade escolar e, com a participação da coletividade, realizar uma gestão democrática em prol de um ensino de qualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das necessidades apresentadas por este Projeto Pedagógico, a escola pretende realizar mudanças significativas, sobretudo no processo ensino e aprendizagem e no currículo. Além disso, verificamos como se dá a participação da comunidade nas tomadas de decisões, concernentes ao desenvolvimento pedagógico e à aplicação de recursos financeiros.

Durante a elaboração deste projeto, foi possível detectar os avanços e algumas lacunas que necessitam ser ocupadas com muito trabalho e com a certeza de onde queremos chegar. São dados importantes que irão contribuir com a busca de soluções para os problemas enfrentados.

Para que haja uma verdadeira revolução no processo educativo, é preciso uma grande necessidade de mudança de pensamentos no que se refere:

- à participação da comunidade no conselho escolar, na caixa escolar, no grêmio estudantil e nas reuniões de pais;
- ao envolvimento dos professores: revisão periódica de seus planejamentos e planos diários, abertura ao diálogo com a direção escolar e com os colegas das outras áreas de conhecimento e a busca pela formação permanente, elemento essencial para se alcançarem novos olhares sobre seus alunos;

- ao grau de envolvimento dos demais funcionários da escola, que também são educadores e devem assimilar a filosofia desta, a fim de contribuir para o desenvolvimento educacional da instituição.

O PPP representa uma pausa importante para reconhecermos que há elementos positivos como, por exemplo, a estrutura física da escola - salas de aula arejadas e bem iluminadas, quadra coberta, laboratório de informática com internet. Mas, há muitos outros que precisam de vigilância constante como as questões de evasão escolar e do processo ensino-aprendizagem que são elementos-chave para o bom desenvolvimento do ensino.

A fim de buscarmos uma solução mais rápida para estes problemas, a equipe diretiva divide os trabalhos a fim de que verifique a metodologia de ensino, o planejamento dos professores, o calendário escolar, a disciplina e a participação dos pais.

Dentre os problemas a serem atacados com maior efetividade, está o currículo escolar. Como a escola trabalha com o ensino fundamental e com a EJA, é preciso dar uma atenção especial a este eixo, pois os métodos e as formas de lidar com os alunos são diferenciados.

O currículo deve atender às necessidades do nosso público sem deixar de ser geral e deve levar o discente ao conhecimento global a que tem direito. Afinal, os alunos – tanto do Fundamental, quanto da EJA - fazem parte do mundo e como tal precisam ter as mesmas oportunidades que se tem em qualquer outro lugar ou em qualquer outra escola.

Atingir essa meta só será possível com uma verdadeira revolução nas tomadas de decisões. Cada membro diretamente ligado à comunidade escolar interna até os setores extraescolares, como a Secretaria da Educação, precisa dar o melhor de si para essa grande transformação. Precisamos acreditar firmemente que esse é um sonho possível e que estamos vislumbrando um mundo real, concreto; uma escola que promova a inclusão de pessoas que não tiveram oportunidade de estudo em tempo próprio ou que são, muitas vezes, marginalizadas pela sociedade, por causa da sua condição social, física ou psíquica.

É preciso mudança de paradigmas. Individualmente não conseguiremos nada. Mas, com a força do conjunto – educadores, pais, alunos, comunidade externa, secretaria da educação, governos – poderemos vislumbrar uma escola mais

participativa, democrática e que contribua para a formação de uma sociedade mais justa para todos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **As Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA (CNE, 2000)**. Disponível em <http://www.cinterfor.org.uy/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/youth/doc/not/libro287/libro287.pdf>. Acesso em 30/08/2010.

BRASIL. **As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Disponível em <http://zinder.com.br/legislacao/dcn.htm>. Acesso em 30/08/2010

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm) – Acesso em 11-07-2010

BRASIL. **Documento Final da CONAE – 2010**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>. Acesso em 05-07-2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> - Acesso em 01/08/2010

FERNANDES, Cláudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de; **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação; organização do documento**. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 44 páginas. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag5.pdf> - Acesso em 25/08/2010.

LEWIS, A; Miel, A; **Key words relating to curriculum and instruction**, in JR Gress and D.E. Pupil, Editors, curriculum: And instrution to the field, Berkeley, CA, McCutchan Publishing Corporation, 1978. Acesso em 14/08/2010 – Disponível em [http://biblioteca.esjbv.pt/ficheiros/curriculo/curriculo\\_escolar.pps](http://biblioteca.esjbv.pt/ficheiros/curriculo/curriculo_escolar.pps) - Acesso 05/08/2010

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa**. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.1, pp.35-49, Jan/Jun 2001

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico da Escola.** Disponível em <http://www.moodle.ufba.br/mod/book/view.php?id=14550&chapterid=10908>. Acesso em 23-05-2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de, MORAES Karine Nunes de, DOURADO Luiz Fernandes. **As dimensões da autonomia.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>., Acesso em 20-06-2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de, MORAES Karine Nunes de, DOURADO Luiz Fernandes. **Função Social da Escola.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=3547&advanced=0&paging=&page=1> – Acesso em 30/08/2010

OLIVEIRA, João Ferreira de, MORAES Karine Nunes de, DOURADO Luiz Fernandes. **Gestão Escolar Democrática: Definições, Princípios, Mecanismos de sua Implementação.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 20-06-2010.

SOUZA, Ângelo Ricardo. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=11120> – Acesso em 16-05-2010

SOUSA, Sandra M. Zákia L. **Avaliação Escolar: constatações e perspectivas.** Revista de Educação AEC, Brasília – DF, ano 24, nº94, p. 59-66, Jan/Mar, 1995. Disponível em [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala\\_planejamento\\_praticas\\_gestao\\_escolar/pdf/u2\\_eixo1\\_1.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala_planejamento_praticas_gestao_escolar/pdf/u2_eixo1_1.pdf) - Acesso em 05/09/2010.

## ANEXOS

PLANO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL  
ANOS FINAIS - REGULAR - PERÍODO NOTURNO  
ESCOLA MUNICIPAL IRACEMA ESTEVES  
ALFENAS – MG.  
ANO LETIVO: 2010

Base Nacional Comum Art. 26 Lei 9394/96	ÁREA DE CONHECIMENTO	MÓDULOS SEMANAIS E CARGAS HORÁRIAS ANUAIS							
		6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO	
		AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA
	LING.PORTUGUESA	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40
	MATEMÁTICA	05	166:40	05	166:00	05	166:40	05	166:40
	GEOGRAFIA	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00
	HISTÓRIA	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00
	CIÊNCIAS	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00
	ED. RELIGIOSA	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
	ARTES	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
	ED. FÍSICA	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
Parte Diver- sific.	LING. ESTR.	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
	MOD. INGLÊS								
TOTAL	MÓDULOS SEMANAIS E ANUAIS	25	1000	25	1000	25	1000	25	1000
	CARGA HORÁRIA ANUAL	833:20		833:20		833:20		833:20	

### INDICADORES FIXOS:

Dias Letivos.....200  
Dias Semanais..... 05  
Semanas Letivas..... 40  
Duração do Módulo.....0:45'

**Preparação para o Trabalho:** Desenvolver-se-á, sob a forma de atividades integradas aos Conteúdos da Base do Núcleo Comum, Art. 26, Lei 9394/96 e da Parte Diversificada, com o elemento de formação integral do aluno.

**Educação Religiosa:** A Escola programará no cômputo da Carga Horária, atividades Curriculares para os alunos que não optarem pela Educação Religiosa.

PLANO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL  
ANOS FINAIS – EJA - PERÍODO NOTURNO  
ESCOLA MUNICIPAL IRACEMA ESTEVES  
ALFENAS – MG.  
ANO LETIVO: 2010

Base Nacional Comum Art. 26 Lei 9394/96	ÁREA DE CONHECIMENTO	MÓDULOS SEMANAIS E CARGAS HORÁRIAS SEMESTRAIS							
		1º Período		2º Período		3º Período		4º Período	
		AS	CHS	AS	CHS	AS	CHS	AS	CHS
	LING.PORTUGUESA	05	83:20	05	83:20	05	83:20	05	83:20
	MATEMÁTICA	05	83:20	05	83:20	05	83:20	05	83:20
	GEOGRAFIA	03	50:00	03	50:00	03	50:00	03	50:00
	HISTÓRIA	03	50:00	03	50:00	03	50:00	03	50:00
	CIÊNCIAS	03	50:00	03	50:00	03	50:00	03	50:00
	ED. RELIGIOSA	01	16:40	01	16:40	01	16:40	01	16:40
	ARTES	01	16:40	01	16:40	01	16:40	01	16:40
	ED. FÍSICA	01	16:40	01	16:40	01	16:40	01	16:40
	LING. ESTR. MOD. INGLÊS	02	33:20	02	33:20	02	33:20	02	33:20
TOTAL	MÓDULOS SEMANAIS E ANUAIS	24	480	24	480	24	480	24	480
	CARGA HORÁRIA ANUAL	400:00		400:00		400:00		400:00	

**INDICADORES FIXOS:**

Dias Letivos.....100  
Dias Semanais..... 05  
Semanas Letivas..... 20  
Duração do Módulo.....0:45'



## CALENDÁRIO ESCOLAR 2010 - ENSINO REGULAR

### Escolas Municipais de Alfenas – Pré-Escolas – Centros Educacionais

JANEIRO 0						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

FEVEREIRO 15						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
22	23	24	25	26	27	
28						

MARÇO 23						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

ABRIL 20						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

MAIO 21						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

JUNHO 20						
D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

JULHO 12						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

AGOSTO 22						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

SETEMBRO 20						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

OUTUBRO 16						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

NOVEMBRO 19						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

DEZEMBRO 12						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

**Legenda:**

	Início e término do Ano Escolar
	Início e término do Ano Letivo
	Planejamento
	Recesso
	Feriado
	Sábado Letivo
	Atividades Pedagógicas

	Férias Escolares
	Reunião Pedagógica Extra-Turno
	Consciência Negra
	Assembléia do Colegiado
	1º Semestre: 111 dias
	2º Semestre: 89 dias

## CALENDÁRIO ESCOLAR 2010 – EJA

### Escolas Municipais de Alfenas – Pré-Escolas – Centros Educacionais

JANEIRO 0						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

FEVEREIRO 15						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
22	23	24	25	26	27	
28						

MARÇO 23						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

ABRIL 19						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

MAIO 21						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

JUNHO 20						
D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

JULHO 02/10						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

AGOSTO 22						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

SETEMBRO 20						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

OUTUBRO 16						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

NOVEMBRO 19						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

DEZEMBRO 12						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Legenda:

	Início e término do Ano Escolar
	Início e término do Ano Letivo
	Planejamento
	Recesso
	Férias Escolares
	Reunião Pedagógica Extra-Turno
	Consciência Negra
	Assembléia do Colegiado
	Sábado Letivo
	Atividades Pedagógicas

	Férias Escolares
	Reunião Pedagógica Extra-Turno
	Consciência Negra
	Assembléia do Colegiado
	1º Semestre: 111 dias
	2º Semestre: 89 dias

